Diário da Serra
Caderno B+
www.facebook.com/jornalds @diariodaserra
diariodaserra.com.br
TANGARÁ DA SERRA - MT - BRASIL
QUARTA-FEIRA - 25 DE MAIO DE 2022

ANUNCIE AQUI!
(65) 3326.6501

Classificados
compra & venda

Editais
& atas

Entretenimento
cruzadinhas & diversos

OESTE VEICULOS
Av. Brasil,1311-S - Centro
Fones: 3325 0101 - 9.9932 1273

VEICULO	ANO	MOD	COR	CAMBIO	OPC	COMB	VALOR
GM ONIX JOY	2018	2019	CINZA	MANUAL	COMP.	FLEX	R$58.000,00
GM ONIX LT	2017	2018	BRANCO	MANUAL	COMP.	FLEX	R$53.900,00
TOYOTA COROLLA ALTIS	2020	2021	BRANCO	AUTOMA	COMP.	FLEX	R$165.000,00
GM TRAILBLAZER PREMIER	2021	2022	AZUL	AUTOMA	COMP.	DIESEL	R$309.000,00
SCANIA /G 420 A6X4	2011	2012	PRATA	MANUAL	AR DIREÇÃO	DIESEL	R$420.000,00
GM PRISMA LT	2018	2019	BRANCO	MANUAL	COMP.	FLEX	71.000,00
GM TRACKER PREMIER	2021	2022	CINZA	AUTOMA	COMP.	FLEX	148.000,00

EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O **CONDOMÍNIO MANACÁ**, inscrito no CNPJ. sob n. 36.780.639/0001-84, situado na Avenida dos Manacás, nº 2000, bairro Manacá, CEP 78.300-000, na cidade de Tangará da Serra - MT, neste ato representado pelo seu síndico, Sr. Danilo Roberto Freire Moraes, nos termos da Cláusula Décima, da Convenção de Condomínio, convoca todos os condôminos para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que realizar-se-á em **20/06/2022**, em primeira convocação (presença de pelo menos metade mais um do número total de unidades) às 18h45min e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, com 15 minutos de intervalo, às 19h00, no salão de festas do próprio condomínio, para deliberar sobre os seguintes itens de pauta:

1. Informes sobre a gestão – Sem deliberação;
2. Alterações de normas construtivas;
3. Alteração da Proposta Orçamentária Anual – 2022, com redefinição da taxa de condomínio e eventuais fundos (de reserva, de investimentos e social e esportivo);
4. Assuntos gerais – Sem deliberação.

Da impugnação: Até às 17h30min do segundo dia útil anterior à data de realização da assembleia geral.
Do recurso contra decisão da assembleia: Até às 17h30 do segundo dia útil posterior à data de realização da assembleia geral.

Tangará da Serra-MT, 24 de maio de 2022.

CONDOMÍNIO MANACÁ
Danilo Roberto Freire Moraes
Síndico

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Empresa **LOTEAMENTO TARUMÃ II LTDA**, inscrita no CNPJ 07.435.414/0001-92 estabelecida na Avenida Nilo Torres, nº 651-W, SALA 01 e SALA 02, respectivamente, no Bairro Parque Leblon de Tangará da Serra/MT, tendo em vista **A NÃO LOCALIZAÇÃO** pela EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos dos clientes abaixo relacionados, considerando os endereços fornecidos pelos mesmos e constantes em nossos registros (contratos), vem, através deste edital **NOTIFICÁ-LOS** para comparecer na sede das empresas notificantes no prazo de 72 (setenta e duas) horas no horário comercial (07hs as 12hs / 13hs as 17hs30m de segunda a sexta e sábados das 07hs as 11hs) para tratar de assunto relativo ao(s) imóvel(eis) adquirido(s) das credoras supra mencionadas.

CODIGO	NOME	CPF
7171502	FRANCISCA MAGUEILANA DELMONDES ARAGÃO	019.***.931-**
7391202	ANTONIO SIRENIO GONÇALVES DO ESPIRITO SANTO	654.***.941-**
7212104	AGNEIS MACHADO ACKERMANN	005.***.371-**

Decorrido o prazo indicado neste edital, consigna a empresa credora que serão tomadas medidas judiciais em direito admitidas a fim de resguardar o cumprimento das cláusulas contratuais firmadas entre as partes.

Tangará da Serra - MT, 23 de maio de 2022.

LOTEAMENTO TARUMÃ II LTDA
CNPJ 07.435.414/0001-92

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COMARCA DE BARRA DO BUGRES
2ª VARA DE BARRA DO BUGRES
Avenida Deputado Hilber Sansão, 1129, TELEFONE: (65) 3361-1261, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MT - CEP: 78390-000

PJe

EDITAL DE INTIMAÇÃO

EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM (ª) JUIZ(A) DE DIREITO AROM OLIMPIO PEREIRA

PROCESSO n. 0003212-61.2019.8.11.0008 — Valor da causa: R$ 2.000,00
ESPÉCIE: [Curatela] - INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
POLO ATIVO: Nome: SILVANIA FERREIRA DA MOTA
Endereço: Rua das Violetas, nº 177 - Angelito Barbosa, Denise/MT, 78380-000
Nome: SAULO JESUS PINHEIRO
Endereço: Rua das Violetas, nº 177 - Angelito Barbosa, Denise/MT, 78380-000
POLO PASSIVO: Nome: MATHEUS HENRIQUE MOTA PINHEIRO
Endereço: Rua das Violetas, nº 177 - Angelito Barbosa, Denise/MT, 78380-000

FINALIDADE: PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA para conhecimento público, proferida nos autos em epígrafe, a qual segue abaixo transcrita, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento.

SENTENÇA. *(...)Vistos. 1. Trata-se de* ***AÇÃO DE INTERDIÇÃO*** *ajuizada por* **SILVANIA FERREIRA MOTA** *e* **SAULO JESUS PINHEIRO** *requerendo em síntese, a interdição e ser curadora de* **MATHEUS HENRIQUE MOTA PINHEIRO** *(qualificados nos autos). 2. Consta na exordial que o interditando é filho da requerente e que conforme relatório médico, o requerido nasceu com problemas de saúde e é portador de "encefalopatia epilética oriunda da paralisia cerebral" em que apresenta grave sequela motora e cognitiva, necessitando de acompanhamento contínuo com neurologista, fisioterapia, fonoaudiólogo e terapia ocupacional e ainda necessita de cuidados contínuos. Ressalta que, em virtude da situação, a requerente deseja ser curadora de seu filho, uma vez que este não possui condições de cuidar de si próprio. 3. Com a exordial, acostou os documentos. 4. Recebida a exordial, fora determinada a realização de perícia médica (fls. 23 – p. física; fls. 25 – p. eletrônica). 5. Laudo pericial acostado em ref. 12, atestando a incapacidade do requerido. 6. A requerente se manifestou em ref. 24. 7. O Ministério Público lançou parecer em ref. 29. 8. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. 9. Trata-se de* ***AÇÃO DE INTERDIÇÃO*** *ajuizada por* **SILVANIA FERREIRA MOTA** *e* **SAULO JESUS PINHEIRO** *requerendo em síntese, a interdição e ser curadora de* **MATHEUS HENRIQUE MOTA PINHEIRO** *(qualificados nos autos). 10. De início, há que ser bem resolvida a possibilidade de julgamento imediato da lide, independentemente de audiência de instrução, nos termos do artigo 355, do Código de Processo Civil. 11. Serve à presente conclusão o disposto no art. 1.771 do Código Civil, a estabelecer dois requisitos básicos para a convicção do julgador, quais sejam, o exame pessoal do arguido de incapacidade e a manifestação de profissionais. Tais requisitos, vale dizer, foram plenamente atendidos nos presentes autos. 12. Neste contexto, deve-se salientar que, com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo – ratificados pelo Congresso Nacional em conformidade com o procedimento previsto no artigo 5º, §3º, da Constituição Federal –, foi editado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que traduziu uma verdadeira conquista social, ao inaugurar um sistema normativo inclusivo, que homenageia o princípio da dignidade da pessoa humana em diversos níveis (Lei 13.146/2015). 13. E, dentre as diversas alterações promovidas pela aludida legislação, a mais sensível delas diz respeito ao regramento da capacidade civil no ordenamento jurídico brasileiro. Em suma, a doutrina contemporânea preleciona: "(...) não existe mais, no sistema privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade. Como consequência, não há que se falar mais em ação de interdição absoluta no nosso sistema civil, pois os menores não são interditados. Todas as pessoas com deficiência, das quais trabalho e comento anteriormente, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil, o que visa a sua plena inclusão social, em prol de sua dignidade. Merece destaque, para demonstrar tal afirmação, o art. 6º da Lei 13.146/2015, segundo o qual a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: a) casar-se e constituir união estável; b) exercer direitos sexuais e reprodutivos; c) exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; d) conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; e) exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e f) exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Em suma, no plano familiar há uma expressa inclusão plena das pessoas com deficiência. Eventualmente, e em casos excepcionais, tais pessoas podem ser tidas como relativamente incapazes em alguns enquadramentos do novo art. 4º do Código Civil. Cite-se, a título de exemplo, a situação de um deficiente que seja viciado em tóxicos, podendo ser tido como incapaz como qualquer outro sujeito. Esse último dispositivo também foi modificado de forma considerável pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. O seu inciso II não fez mais referência às pessoas com discernimento reduzido, que não são mais consideradas relativamente incapazes, como antes estava regulamentado. Apenas foram mantidas no diploma as menções aos ébrios habituais (entendidos como os alcoólatras) e aos viciados em tóxicos, que continuam dependendo de um processo de interdição relativa, com sentença judicial, para que sua incapacidade seja reconhecida. Também foi alterado o inciso III do art. 4º do CC/2002, sem mencionar mais os excepcionais sem desenvolvimento completo. O inciso anterior tinha incidência para o portador de síndrome de Down, não considerado mais um incapaz. A nova redação dessa norma passa a enunciar as pessoas que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir vontade, o que antes estava previsto no inciso III do art. 3º como situação típica de incapacidade absoluta. Agora a hipótese é de incapacidade relativa. Verificadas as alterações, parece-nos que o sistema de incapacidades deixou de ter um modelo rígido, passando a ser mais maleável, pensado a partir das circunstâncias do caso concreto e em prol da inclusão das pessoas com deficiência, tutelando a sua dignidade e a sua interação social (...)" [1]. 14. Ainda: "(...) a curatela, restrita a atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, passa a ser uma medida extraordinária (art. 85) (...)", e que, porém, não representou a extinção do procedimento de interdição, que "(...) continuará existindo, ainda que em uma nova perspectiva, limitada aos atos de conteúdo econômico ou patrimonial, como bem acentuou Rodrigo da Cunha Pereira. É o fim, portanto, não do procedimento de interdição, mas sim, do standard tradicional da interdição, em virtude do fenômeno da flexibilização da curatela, anunciado por Célia Barbosa Abreu. Vale dizer, a curatela estará mais personalizada, ajustada à efetiva necessidade daquele que se pretende proteger (...)" [2]. 15. A bem da verdade, destaca-se mesmo o posicionamento daqueles que sequer veem necessária a produção da prova pericial, desde que se note, já no interrogatório do interditando, a manifesta presença de qualquer dos motivos autorizadores da interdição. No ponto, a lição de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery: "No processo de interdição, pode o juiz dispensar a perícia médica, prevista no CPC 1183, se estiver absolutamente convencido, por documentos e pelo interrogatório que realizou, da deficiência mental do interditando, mormente se tal convicção não seria modificada pelo laudo, ao qual o Magistrado não está adstrito (RT 786/270)." 16. Constata-se, portanto, que mesmo quando a matéria objeto da causa for de fato, o julgamento antecipado é permitido se o fato não precisar ser provado em audiência, como no presente caso, uma vez que consta dos autos laudo médico, bem como o que consta nos respectivos autos, restando comprovada a incapacidade do interditando, e os cuidados despendidos com ele pela parte requerente. 17. Da análise do conjunto fático-probatório, é possível concluir que o (a) interditando se enquadra nas hipóteses previstas no art. 3.767 do Código Civil, mais precisamente, no inciso I, qual seja, a falta de discernimento em decorrência de deficiência mental. Nesse sentido, a opinião de Arnaldo Rizzardo: "Os excepcionais são aqueles indivíduos que nasceram com anormalidades físicas e mentais, sendo relevante, para o caso, o retardamento mental. Tratam-se de pessoas portadoras de problemas neuropsíquicos, as quais se revelam tanto no aspecto físico como no psíquico e sensorial, destacando-se o déficit mental, e sendo facilmente perceptíveis no porte físico do doente." 18. É forçoso destacar que o laudo pericial acostado em ref. 22 aponteou com clareza que o interditando apresenta enfermidade que o torna incapaz de compreender seus atos e manifestar sua vontade livremente. 19. Assim, os elementos de prova constantes dos autos são mais do que suficientes para o reconhecimento de que a parte interditanda é relativamente incapaz, não podendo exprimir a sua vontade por deficiência mental permanente. 20. Portanto, o fato de o (a) interditando não ter o discernimento para os atos da vida civil, em decorrência de suas condições mentais, já é suficiente para a decretação de sua interdição. Sua incapacidade traduz uma situação de fato que merece regularização legal e jurídica. 21. Consoante se trate de instituto de exceção, no caso em comento, a determinação da curatela do interditando é a medida de rigor na espécie. 22. Tendo em vista que não há evidência nos autos de que a situação de interditando possa se alterar nos próximos anos, conforme laudo pericial, decreto a interdição, excepcionalmente, por prazo indeterminado. 23. Por fim, convém apenas assentar, mais uma vez, que o instituto protetivo da curatela somente afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 85, caput, da Lei 13.146/2015, não se revelando necessária a assistência do interditando para a realização de quaisquer atos existenciais (artigo 85, § 1º, da Lei 13.146/2015). 24. Pelo exposto, julgo procedente o pedido articulado na exordial, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de:* ***DECRETAR a interdição do Requerido*** MATHEUS HENRIQUE MOTA PINHEIRO, *declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III do Código Civil* ***e de acordo com o artigo 1.775, § 3º, do Código Civil, e nomeio como curador definitivo do(a) interditado o(a) Sr(a).*** SILVANIA FERREIRA MOTA. *25. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se o presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. 26. Nos termos do artigo 759, caput, do Código de Processo Civil, após o registro da sentença no Cartório de Registro Civil local, intime-se o curador, para prestar compromisso, no prazo de 05 (cinco) dias. 27. Isento de custas. 28. Notifique-se o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.* ***Barra do Bugres-MT****, 12 de maio de 2022.* ***Arom Olímpio Pereira*** *Juiz de Direito(...)*

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, THIAGO MARCAL SANTANA SILVA, digitei.

BARRA DO BUGRES, 20 de maio de 2022.

ANNE CAROLINE FONSECA FERREIRA
Gestor(a) Judiciário(a)
Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos **TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006**.

INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet.

- No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE.
- No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE.
- Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema.
- **ADVOGADO(S):** 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#/suporte

Assinado eletronicamente por: THIAGO MARCAL SANTANA SILVA
20/05/2022 13:52:38
https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDANPWRKJQP
ID do documento: 85467156

PJEDANPWRKJQP